



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638438 - MG (2021/0000774-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : ANDRE MARTINO DOLABELA CHAGAS
ADVOGADO : ANDRE MARTINO DOLABELA CHAGAS - MG197707
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LEANDRO DOMINGOS DA COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEANDRO DOMINGOS DA COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.000130-1/000).

O paciente foi condenado à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal. O mandado de prisão foi cumprido em 23/12/2020.

O impetrante sustenta que:

O CERESP Gameleira não possui qualquer acomodação interna compatível com o regime inicial semiaberto, sendo que, por tais razões, a defesa técnica do paciente peticionou ao Juízo da execução penal para que o paciente fosse colocado em estabelecimento prisional adequado ao regime inicial fixado na sentença condenatória, para que lhe fossem garantidos os direitos ao trabalho externo e saída temporária, não obstante, na sua falta e/ou impossibilidade, que fosse o paciente colocado em prisão domiciliar, conforme enunciado de nº 56 da SÚMULA VINCULANTE do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. (fls. 09/10)

[...]

Em suma, o paciente, preso de regime semiaberto que possuiria direito ao trabalho externo e à saída temporária, hoje está trancados em cela coletiva com fiscalização 24 horas como se do fechado fosse (fl. 23).

Ressalta, ainda, os riscos de contágio pela pandemia de covid-19 e as disposições constantes da Recomendação CNJ n. 62/2020, o que lhe permite o cumprimento da prisão em regime domiciliar.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem a fim de que seja concedida

ao paciente a prisão domiciliar, com a expedição de alvará de soltura em seu favor. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, especialmente porque o relator consignou na decisão monocrática impugnada que (fls. 46/47):

No caso, em um juízo de cognição sumária – próprio, aliás, desta fase processual – não vislumbro a presença de tais requisitos, ou seja, não vejo de plano configurado o alegado constrangimento a ensejar o deferimento da medida de urgência, não sem antes colher-se o informe da jurisdição de base.

Isso, porque, embora, de fato, o paciente tenha sido condenado ao regime semiaberto, e já foi determinado em segundo grau o início da execução da pena, certo é que a providência de adequação de regime prisional não é imediata e automática, sendo razoável, como no caso, que o procedimento de transferência cumpra algum período (quarentena) de seleção e encaminhamento dos apenados aos estabelecimentos próprios, especialmente em razão da situação sanitária extraordinária ora vivenciada.

Com efeito, conforme se extrai da decisão de primeiro grau, o Juiz de

base evidenciou que, cumprido o período de quarentena no Centro de Remanejamento do Sistema Prisional destinado à recepção e triagem, o paciente será prontamente remanejado para o estabelecimento/sistema adequado, em observância ao regime imposto, ainda que domiciliar extraordinário, a ser avaliado pelo juízo próprio, acaso atendidos os requisitos específicos.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente